

Fonte de Dados para a Migração: navegando entre o ideal e o imprescindível*

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira¹

Palavras-chave:

Resumo

A idéia deste artigo é buscar compreender qual(is) seria(m) a(s) ferramenta(s) mais adequada(s) para proporcionar a melhor apreensão dos processos migratórios, sejam os mais específicos sejam àqueles associados aos movimentos mais gerais de população no Brasil (particularmente para suprir a lacuna deixada pela investigação parcial da Contagem de População 2007), partindo-se do pressuposto que os deslocamentos de população respondem à atual etapa do processo de acumulação do capital. Recorrendo à produção científica mais recente, a partir do que foi produzido dos 90's em diante, onde, de modo geral, os pesquisadores reconhecem que o comportamento das migrações se alterou, observa-se que não há um consenso, do ponto de vista teórico, sobre a forma mais adequada de apreender a manifestação do fenômeno. Isto é claro, tem impactos diretos na proposição de como mensurar os deslocamentos de população, uma vez que o modo de investigar e as questões que são colocadas refletem a visão de mundo de cada pesquisador. A partir desse entendimento, num primeiro momento será apresentada uma breve discussão sobre como as diversas abordagens teóricas percebem o fenômeno migratório e apresentadas sugestões de como mensurá-lo, privilegiando fundamentalmente a visão teórica aqui defendida. Num segundo momento, são apresentadas as necessidades mais prementes para a compreensão de como estão se processando os deslocamentos populacionais no Brasil, também se apresentando propostas de mensuração, seguindo sugestões elaboradas pelo Grupo de Trabalho Migrações da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

* Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

¹ IBGE, IFCH/UNICAMP, Centro Universitário da Cidade, tadeu@nepo.unicamp.br

Fonte de Dados para a Migração: navegando entre o ideal e o imprescindível*

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira²

1. Introdução

A idéia deste artigo é buscar compreender qual(is) seria(m) a(s) ferramenta(s) mais adequada(s) para proporcionar a melhor apreensão dos processos migratórios, sejam os mais específicos sejam àqueles associados aos movimentos mais gerais de população no Brasil (particularmente para suprir a lacuna deixada pela investigação parcial da Contagem de População 2007), partindo-se do pressuposto que os deslocamentos de população respondem à atual etapa do processo de acumulação do capital.

Recorrendo à produção científica mais recente, a partir do que foi produzido dos 90's em diante, onde, de modo geral, os pesquisadores reconhecem que o comportamento das migrações se alterou, observa-se que não há um consenso, do ponto de vista teórico, sobre a forma mais adequada de apreender a manifestação do fenômeno. Isto, é claro, tem impactos diretos na proposição de como mensurar os deslocamentos de população, uma vez que o modo de investigar e as questões que são colocadas refletem a visão de mundo de cada pesquisador.

Aqui, parte-se da tese que a mudança no padrão de acumulação tem impactos que vão além dos meramente econômicos, atuando de um modo geral na vida das sociedades, sendo os processos sociais ligados aos principais deslocamentos de população diretamente afetados. A não percepção disso tem gerado entre os pesquisadores do tema certa “perplexidade teórica”, que leva à insistência de querer apreender os processos recentes recorrendo aos paradigmas do fordismo.

Para tratar dos movimentos de população no pós-fordismo se faz necessário contextualizar previamente que passagem é essa, de um estágio do processo de acumulação do capital a outro, de modo a deixar transparecer elementos teóricos que sustentarão a proposição aqui defendida.

Na ótica de Harvey (1992), estaria ocorrendo uma mudança abissal, nas práticas políticas, econômicas, sociais, culturais, etc. que poderiam tratar da transição da modernidade à pós-modernidade, onde se estaria verificando a emergência de modos

* Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

² IBGE, IFCH/UNICAMP, Centro Universitário da Cidade, tadeu@nepo.unicamp.br

flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo. O autor assinala que essas mudanças mais seriam transformações de aparência superficial do que sinais de surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.

O que havia de especial no fordismo era a visão de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho. Os movimentos populacionais, associados a essa etapa de desenvolvimento do capital, aparecem pela necessidade de produção e consumo em massa, bem como, da rotatividade da força de trabalho, aspectos intrínsecos ao regime fordista, que geravam a imigração e mobilizavam um exército industrial de reserva.

A crise do modelo fordista dos anos 30 seria o exemplo da mobilização dos diversos Estados-Nações para buscarem arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regular as condições de sua própria reprodução. (HARVEY, 1992)

Apesar de todos os problemas, o regime se manteve firme até 1973, quando uma sucessão de questões como resistências culturais, baixa qualidade de vida e crise econômica começou a erodir o padrão de acumulação.

O fordismo dava sinais de enfraquecimento desde anos 60: a queda de produtividade e de lucratividade deu origem a um problema fiscal nos EUA, sanado com aceleração da inflação, solapando o papel do dólar no cenário internacional. Nessa mesma época, os países em desenvolvimento iniciam um movimento de ingresso tardio ao fordismo, com políticas de substituição de importações, ao mesmo tempo em que as multinacionais se dirigem para o estrangeiro, gerando uma onda de industrialização fordista em ambientes inteiramente novos. “O período de 1965/73 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo conter as contradições inerentes ao capitalismo.” (HARVEY, 1992, p.135)

A forte crise econômica associada à capacidade ociosa das corporações obrigou o ingresso num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. Inovações tecnológicas, automação, novas linhas de produto, dispersão geográfica para zonas de controle mais fácil, fusões. Dessa forma, medidas para acelerar o giro de capital passaram ao primeiro plano, de modo a garantir a sobrevivência num quadro de profunda deflação.

Havia que se buscar novas saídas para a crise no processo de acumulação

Como é então que a “burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, portanto, as relações de produção?” A resposta que Marx dá em *O Capital* é completa e convincente. As “leis coercitivas” da competição de mercado forçam todos os capitalistas a procurar mudanças tecnológicas e organizacionais que melhorem a lucratividade com relação à média social, levando os capitalistas a saltos de inovação dos processos de produção que só alcançam seu limite sob condições de maciços superávits de trabalho. A necessidade de manter o trabalhador sob controle na fábrica e de reduzir seu poder de barganha no mercado (particularmente sob condições de relativa escassez de trabalho e ativa resistência de classe) também estimula o capitalista a inovar. O capitalismo é, por necessidade, tecnologicamente dinâmico, não por causa das míticas capacidades do empreendedor inovador (como Schumpeter viria a alegar), mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo. (HARVEY, 1992, p102)

Ainda recorrendo a Marx, não haveria ocorrido nenhuma mudança radical nas condições sociais, ao contrário, se identificariam mais semelhanças do que diferenças entre os dois estágios. Sendo o segundo um tipo particular da crise do primeiro, uma crise que enfatiza o lado fragmentário, efêmero e caótico (HARVEY, 1992).

O modelo de produção fordista seria substituído então por um padrão de acumulação flexível:

... a *acumulação flexível*... é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A *acumulação flexível* envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto em setores quanto em regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como, conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas ... Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo”... os horizontes da tomada de decisão privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 1992, p.140).

O mercado de trabalho passou por radical reestruturação. Face à volatilidade de mercado, ao aumento da competitividade e do estreitamento das margens de lucros, os padrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente para impor regimes de trabalho mais flexíveis. Em resumo, reduzindo o emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

As economias de escala, buscada na produção fordista de massa, foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura e uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. As economias de escopo derrotaram as economias de escala. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

Toda essa transformação, que mantém a essência do domínio do capital, tem impacto sobre a força de trabalho, em particular pela flexibilização e precarização. Isto poderia estar gerando estratégias diferentes na hora dos indivíduos buscarem garantir a sua reprodução, incluindo nesse escopo as estratégias de mobilidade espacial.

Todas essas transformações para um novo padrão de acumulação acarretam impactos que vão além da Economia, afetando todo o modo de vida de uma sociedade. Como as migrações aqui são percebidas como fenômeno social é de se supor que também sejam afetadas por essas mudanças.

A partir desse entendimento, num primeiro momento será apresentada uma breve discussão sobre como as diversas abordagens teóricas percebem o fenômeno migratório e apresentadas sugestões de como mensurá-lo, privilegiando fundamentalmente a visão teórica aqui defendida.

Num segundo momento, são apresentadas as necessidades mais prementes para a compreensão de como estão se processando os deslocamentos populacionais no Brasil, também se apresentando propostas de mensuração, seguindo sugestões elaboradas pelo Grupo de Trabalho Migrações da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

2. O debate atual entre as correntes teóricas e possíveis formas de mensuração

Indo um pouco mais atrás, cabe ratificar a visão na qual a mobilidade da força de trabalho seria algo que estaria além das mobilidades geográficas ou migrações, trata-se também de movimentos entre setores de atividades ou ocupações. O problema da melhor apreensão do fenômeno residiria no fato dos pesquisadores darem ênfase no dimensionamento dos fluxos e na determinação da origem e destino desses fluxos, ficando a idéia de mobilidade esquecida ou em segundo plano nos modelos explicativos (GAUDEMAR, 1977).

Recorrendo a uma ordenação meramente cronológica, segue uma breve apresentação e observações a respeito de parte da produção teórica selecionada.

Courgeau (1990) apresenta abordagens teóricas que tratam de objetivos e medidas do fenômeno migratório: i) o primeiro seria descritivo, semelhante aos registros censitários, derivando estimativas de taxas de migração; ii) o segundo trata de investigar como a migração pode modificar o comportamento futuro dos indivíduos. Aqui a migração é vista como variável independente, como as demográficas, sociais e econômicas; iii) neste a migração é variável dependente dos fatores que levam o indivíduo a migrar. Há o reconhecimento que não se pode tratar a migração apenas como se fosse um modelo matemático com variáveis independentes e/ou dependentes, mas sim de um processo que envolve outras dimensões da vida do ser humano.

É importante o ponto de vista que busca compreender o fenômeno migratório mais além da mera descrição ou como algo capaz de receber modelagens matemáticas. Como também é salutar observá-lo como processo, como salienta Courgeau, mas não apenas àqueles restritos ao indivíduo, mas processos que envolvam os indivíduos de um modo geral, a sociedade onde ele vive e se reproduz.

De acordo com Simmons (1991), os estudos sobre deslocamentos populacionais desde muito vem despertando o interesse de várias áreas do conhecimento, portanto, sendo focado a partir de diversos olhares. Todavia, essas abordagens estariam gerando um paradoxo: os estudos derivados da Antropologia, Demografia, Economia, Sociologia, História e Geografia estenderam seus domínios de interesse cobrindo um leque amplo de padrões históricos e contemporâneos dos movimentos de população. Contudo, os modelos explicativos existentes seriam aplicáveis a contextos particulares ou preocupações conceituais, parecendo serem incapazes de integrar as diversas formas de manifestação do fenômeno migratório, ambientes históricos e perspectivas disciplinares.

As teorias produzidas sobre migração estiveram influenciadas pelo mundo industrial e pelo desenvolvimento econômico, tanto aquelas ancoradas na teoria da modernização quanto as baseadas no enfoque estruturalista; estavam centradas nos grandes deslocamentos populacionais, como a urbanização e as migrações internacionais. Hoje estaríamos vivendo um mundo de estruturas pós-industriais, onde os circuitos dos movimentos já estariam dados, sobre a base de redes interpessoais, comunicações articuladas, retroalimentação e interdependência de sistemas numa economia mundial (SIMMONS, 1991).

Parece fazer sentido que a crise verificada na produção teórica sobre a temática migratória resulta, em parte, da utilização de instrumentais e referenciais teóricos fundados no paradigma de acumulação fordista, que não dão conta de apreender as mudanças que estão ocorrendo no processo de transição no padrão de acumulação do capital. Por outro lado, pensar que os circuitos dos movimentos populacionais já estejam estabelecidos num sistema determinado pela economia mundial, deixa escapar uma gama importante dos deslocamentos de população, sobretudo, as movimentações internas, que se verifica nos países em desenvolvimento, em especial, dos grandes centros urbanos para as médias e pequenas cidades. Esses deslocamentos não necessariamente estariam subordinados ao processo de globalização.

Todavia, há que se ter em mente que numa fase de transição coexistirão processos antigos e novos na ocorrência do fenômeno migratório, o que possibilitará a percepção de formas novas e a utilização de ferramentas atuais na interpretação das manifestações antigas. Os novos fenômenos podem ser realmente novos ou terem se tornado evidentes à luz de novas preocupações e concepções (SIMMONS, 1991).

Para Simmons (1991), a crise na teoria da migração se caracterizaria pela heterogeneidade, uma competição de termos e aproximações diferentes.

Cada tradición de investigación concentra sus esfuerzos en sus temas favoritos y en los procesos de migración relacionados con ellos, los cuales están frecuentemente fundamentados en regiones geográficas y períodos históricos específicos de particular importancia para el enfoque en cuestión. (SIMMONS, 1991, p.8).

No Brasil, especificamente, essa opção parece clara, basta verificar os Anais mais recentes do Encontro Nacional sobre População, onde a temática migração é discutida. Cada vez mais, os pesquisadores colocam suas lentes sobre níveis espaciais mais desagregados, sendo que, em muitos casos, o local não aparece articulado com as demais escalas.

Simmons (1991) faz uma repartição entre dois períodos analíticos: i) de 1850 a 1960 com as teorias e investigações fazendo menção ao crescimento econômico; ii) momento atual, no qual as pesquisas mais recentes têm dado maior atenção às migrações em ambientes de transformações tecnológicas e sociais, mesmo onde o desenvolvimento econômico é incipiente ou estancado. Nos países desenvolvidos voltou-se para a circulação e descentralização em função das mudanças na estrutura econômica, mais voltada para os serviços e expansão dos sistemas de transportes e comunicações.

As migrações estariam definidas em termos tão amplos que, por eles mesmos, poderiam estar incluindo toda uma gama de fenômenos, muito distintos entre si. Possivelmente nenhuma explicação daria conta de abarcar a todos. Assim, a solução viável seria o uso de tipologias descritivas, de modo a isolar o fenômeno e interpretá-lo no marco da análise que se ajuste a cada caso específico (SIMMONS, 1991).

Massey et al. (1993), tratando das migrações internacionais, seguem na linha de que não haveria uma formulação teórica coerente para tratar esses tipos de deslocamentos populacionais. Embora estejam enfocando os movimentos externos de população, esses autores contribuem para a reflexão quando analisam a contribuição de cada abordagem, que não deixam de guardar relação com a migração interna.

A questão seria apreender o “quê” dá início ao movimento migratório internacional. Assim, para os neoclássicos seriam os diferenciais das condições de salário e emprego entre as áreas, assim como os custos da migração. A decisão de migrar estaria no âmbito individual e visaria à maximização da renda. Segundo a nova economia da migração, seriam os contrastes nas variedades de mercado, não só no de trabalho, e a decisão de migrar se daria no âmbito do domicílio/família, visando minimizar os riscos para a renda da família. As teorias sobre mercado dual e sistemas mundiais ignoram os processos de decisão no micro-nível, focando apenas as forças que operam num nível de agregação maior. Os primeiros enxergam a migração como consequência da economia industrial moderna e os últimos como decorrente dos processos de globalização e penetração dos mercados além das fronteiras nacionais (MASSEY et al, 1993).

Do ponto de vista das abordagens neoclássicas, embora a questão da produção de equilíbrio de oportunidades entre espaços e da decisão racional permaneçam como fundamentais, observa-se alguns movimentos que deslocam a decisão para o grupo familiar, caso dos neoclássicos da macroteoria. Na abordagem da “nova teoria da migração” os mercados que regulariam a tomada de decisão não seriam apenas os de trabalho e renda, jogariam papel decisivo os mercados de seguro, capital, futuros e políticas sociais. Os fluxos de população só cessariam quando todos esses mercados estivessem equilibrados entre as áreas de origem e destino. Ainda dentro dessa abordagem, a tomada de decisão para empreender a migração estaria para além do âmbito indivíduo/família, levaria em consideração a articulação com a comunidade local, bem como dos mercados nos lugares de origem e destino (MASSEY et al, 1993).

Quer dizer, essas teorias avançam na direção de incorporar uma dimensão maior ao ato de deslocar-se; envolvendo famílias, comunidade, situação econômica no lugar de origem. Afastam-se um pouco do individualismo metodológico³, mas continuam acreditando que é possível um dia o modo de produção capitalista produzir equilíbrio entre espaços inseridos de formas distintas no processo de acumulação. Em outras palavras, alimentam a ilusão que o sistema capitalista eliminará as desigualdades.

Massey et al. (1993) avaliando as teorias, afirmam estarem céticos quanto às abordagens que negam a importância das restrições estruturais sobre as decisões individuais e das teorias estruturais que negam a importância de indivíduos ou famílias. Mais que adotar um argumento teórico exclusivo, eles tendem a ficar na fronteira dos processos causais da migração, que podem operar em múltiplos níveis simultaneamente. As explicações mais úteis seriam empíricas não apenas tarefas lógicas.

Domenach e Picouet (1995) também reivindicam maior clareza nas abordagens que tratam do fenômeno migratório, destacando aspectos relacionados aos conceitos e à realidade social⁴. Todavia, reconhecem que na atual conjuntura a análise migratória tende ao pluralismo das teorias e métodos.

Ramella (1995) aponta que a metáfora de rede social tem sido bastante empregada nos estudos migratórios, provavelmente para se contrapor ao enfoque estruturalista, tendo em vista que este tipo abordagem prioriza os fatores de expulsão em detrimento das eleições feitas pelos migrantes no ato de migrar. A revisão dessa perspectiva tornaria o migrante um ator racional, perseguidor de objetivos e mobilizando recursos para alcançar suas metas. Esses recursos poderiam ser vistos como relacionais, a partir de relações pessoais, onde seria possível obter informações, direcionar o destino do fluxo, conseguir inserção no mercado de trabalho, etc.

Da forma como é apresentada por Ramella (1995), a utilização do conceito de redes sociais vai ao encontro do movimento de superação das lacunas da teoria neoclássica, uma vez que o núcleo central desse tipo de abordagem permanece intacto, ou seja, o aspecto da racionalidade. Racionalidade que agora estaria se manifestando não mais na solidão da decisão individual ou no seio da família, mas sim, na busca de relações pessoais que possibilitassem a maximização do sucesso no ato de migrar.

³ Nesse tipo de abordagem a resposta para os processos migratórios seria obtida analisando-se o comportamento individual de cada pessoa envolvida nos movimentos populacionais.

⁴ Como realidade social os autores entendem as dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas que estariam presentes no processo migratório.

O papel das redes sociais em relação às migrações teria mudado a partir do momento que se rompeu com o paradigma dos grandes movimentos populacionais em direção ao Novo Mundo, fruto da conjuntura econômica catastrófica. Os indivíduos envolvidos naqueles deslocamentos acabariam perdendo sua identidade social ou de grupo. Com a derrubada desse paradigma, as migrações passariam a ser uma eleição dentro da estratégia de ascensão social. Assim sendo, os migrantes passariam a ser vistos com outros olhos pelos pesquisadores, dado que vínculos sociais passariam assumir novos valores. Haveria uma mudança do enfoque que observava o sujeito sob a base sócio-econômica ou da renda, para a ótica das relações pessoais, que vão delinear as redes sociais nas quais irão se inserir. No primeiro tipo, o migrante atua em função da maximização das suas vantagens, numa forma de racionalidade absoluta. No segundo, ele vai se mover em relação aos indivíduos com os quais está se relacionando, sendo sua racionalidade relativa. (RAMELLA, 1995).

Interessante como a crise econômica associada ao problema demográfico, o qual não foi levado em consideração na análise do autor, que impulsionaram fortemente os deslocamentos são vistos como catástrofe. Passada essa fase mais aguda, por assim dizer, as migrações parece que se desenvolvem num ambiente de pleno equilíbrio econômico, onde as desigualdades e assimetrias ou não existem ou são mínimas. Então, os indivíduos se colocam a buscar estratégia para a ascensão social, de forma racional, é claro, mas agora através da “racionalidade relacional”.

Ramella (1995) ratifica que na noção de redes sociais estaria o condicionante da migração, sobretudo pelo papel facilitador da inserção no mercado de trabalho e na sociedade do lugar de destino, mas lamenta que nos estudos sobre as redes ainda continuem reféns do modelo que valorizam os fatores de expulsão e atração.

Bilsborrow (1996) aponta como problema, a falta de uniformização dos conceitos nos estudos migratórios, o que dificultaria a comparabilidade entre os mais diversos países, sobretudo, naqueles em desenvolvimento. Neste conjunto, estariam os conceitos sobre circularidade e pendularidade, formas de deslocamento que vêm ganhando expressão ultimamente. Este autor entende circularidade como o movimento no qual a pessoa, sem ter mudado de residência, em um período de trinta dias, passe fora de casa a trabalho ou outras atividades. Já o conceito de pendularidade estaria restrito aos movimentos diários para trabalho e estudo.

De acordo com o ponto de vista de Bilsborrow, os movimentos circulares se dariam a partir de uma residência base, o que nem sempre é verdade. Salvo que se

estabeleça que a permanência por um mínimo de espaço de tempo em um determinado lugar caracterize este espaço como base para o novo deslocamento. Por outro lado, também é limitar muito a pendularidade a movimentos diários, que acabariam sendo restritos ao trabalho e estudo. É sabido que, em períodos um pouco maiores, são observados deslocamentos pendulares para acesso aos serviços de laser, saúde, comércio, entre outros.

A melhor maneira de se captar o fenômeno migratório seria através de pesquisas amostrais específicas, dada às restrições inerentes aos levantamentos censitários. Para se estudar os determinantes da migração, a informação necessária seria relativa ao tempo no qual a decisão de migrar foi tomada, segundo ele, esse tempo se daria num período curto próximo à implementação do movimento. A comparação entre migrantes e não migrantes, num mesmo local de origem, seria crucial para estabelecer o quê determina a migração (BILSBORROW, 1996). Aqui cabe destacar que essa opção faz parecer que são duas categorias dicotômicas, quando em realidade não são.

Embora a informação sobre a situação do indivíduo no lugar de origem no momento que antecedeu o deslocamento seja importante, sobretudo, quando o foco está direcionado na comparação entre o migrante e o não migrante nesse espaço, a opção analítica do pesquisador fica revelada, ou seja, a migração é entendida como um aspecto individual. Essa informação poderia ser mais bem aproveitada se comparada com as diferentes inserções dos distintos espaços na economia e da inserção social dos indivíduos na origem e no destino.

Bilborrow (1996) destaca o papel das redes sociais na promoção da migração, apresenta algumas restrições às abordagens neoclássicas, mas acaba por se render ao “consenso” no qual a decisão de migrar ocorre no âmbito do domicílio.

Faist et al. (1997) também estão colocando suas lentes sobre os movimentos internacionais de população, e reclamam da falta de uma abordagem que proporcione uma melhor apreensão dos processos migratórios. Apresentam uma revisão e uma reconstrução das migrações Sul-Norte, com o objetivo de fazer uma junção intermediária entre as teorias neoclássica e estruturalista, que se daria através do aporte das redes sociais.

A abordagem neoclássica estaria passando a incorporar dimensões políticas e religiosas no âmbito da tomada de decisão racional, à medida que além de trabalhador a pessoa e/ou família e/ou grupo são eleitores, membros de grupos étnicos, religiosos, perseguidos políticos. Citam um pesquisador, Harmut Esser, que adicionaria um terceiro

elemento: oportunidades e restrições. Com isto, poder-se-ia tratar de um aporte “individualista estrutural”. Alguns sociólogos e antropólogos haveriam identificado que em muitos casos a decisão de migrar é tomada no âmbito da família, família estendida ou mesmo dentro da comunidade (FAIST et al., 1997).

Percebe-se um movimento dos revisores da teoria neoclássica no sentido de incorporar elementos da abordagem estruturalista, uma vez que parecem frágeis os argumentos de decisões em cálculos racionais, sejam elas individuais ou no âmbito da família, quando algumas regularidades são observadas no seio da sociedade de emigração. A questão sobre o quê provocaria os desequilíbrios de mercados de trabalho e renda, os tais fatores positivos e negativos na origem e no destino, na teoria clássica de Lee (1980), ou mesmo, os desequilíbrios nos outros mercados, como querem os teóricos da “nova economia da migração”, está presente. Em última instância, não haveria como desconsiderar a existência de fatores estruturais. O malabarismo teórico se direciona no sentido de superar as fragilidades da teoria neoclássica.

Para Faist et al. (1997), os teóricos neoclássicos deveriam atentar mais para as unidades sociais, tais como as famílias, e os estruturalistas enfatizarem mais as redes sociais. Se os laços sociais fossem sistematicamente padronizados em redes e coletivos, seria possível um *link* que relacionasse as abordagens. Isto porque as principais partes envolvidas na tomada de decisão de migrar seriam: os indivíduos; coletivos e redes sociais de potenciais migrantes - famílias, domicílios, amigos, círculos de parentes, vizinhos, grupos étnicos, grupos religiosos, classes profissionais. Aparece um esforço para unir aportes que tratem os deslocamentos não apenas como sendo problemas de desorganização social, mas também como estratégias para aumentar a renda do domicílio ou da comunidade. Tomando esse ponto de vista, as redes sociais ganham relevância, pois atuariam tanto em um aspecto quanto em outro.

Ao propor que os estruturalistas incorporem as redes sociais em suas análises, aparentemente estaria solucionado o problema da melhor apreensão do fenômeno migratório. Contudo, a resposta sobre qual teria sido o fato gerador do movimento, parece ainda não ficar claramente respondida pelas redes sociais.

Tanto nos movimentos internos quanto nos internacionais, o papel das redes sociais no suporte e direcionamento dos fluxos migratórios é determinante. Mas se enfocamos o fenômeno do ponto de vista de processos, que vêm desde a fase da acumulação originária, o argumento das redes como fato gerador dos deslocamentos não

se sustentaria. A intermediação das redes sociais está clara em muitos dos processos de migração, mas colocá-las como determinantes carece de sustentação teórica e empírica.

Essa “nova etapa” do desenvolvimento humano também é percebida na figura de uma metáfora que contrapõe as formas sólidas às líquidas. Esse olhar enxerga as formas sólidas associada ao paradigma anterior, à modernidade, analogamente, à rigidez do fordismo. Em contrapartida, as formas líquidas estariam vinculadas ao paradigma emergente, à pós-modernidade, à flexibilidade. O fluxo seria produto da pressão deformante, que por ser contínua e irrecuperável muda de uma posição a outra, enquanto os sólidos não sofrem o fluxo e podem voltar à forma original. Essa seria a metáfora do estágio presente da modernidade. Os líquidos, ao contrário dos sólidos, por não manterem sua forma com facilidade não fixariam o espaço e nem prenderiam o tempo. Os sólidos, por sua forma mais rígida, teriam dimensões espaciais mais claras, mas, ao neutralizarem o impacto, diminuiriam o significado do tempo. Já para os líquidos, por não se aterem à forma, o tempo contaria mais do que o espaço. “O espaço seria ocupado só por um momento” (BAUMAN, 1999).

O olhar acima descrito revelaria a relação com a noção de compressão do espaço-tempo em Harvey (1992). Além disso, abstraindo-se a dimensão do poder, também presente nessa construção, a metáfora com a pós-modernidade apontaria para as transformações na organização da produção. Em outro sentido, também permitiria uma analogia com os deslocamentos de população, quando surge a idéia de que o espaço, nessa etapa de fluidez, seria ocupado só por um momento. Os movimentos circulares, com migrações de curta duração, e os deslocamentos pendulares poderiam ser produtos dessa nova ordem. “Associamos “leveza” ou “ausência de peso” à mobilidade e à inconstância: sabemos pela prática que quanto mais leves, com maior facilidade e rapidez nos movemos.” (BAUMAN, 1999).

Uma crítica ao individualismo metodológico surge em Sayad (2000), quando ele aponta que o pensamento dominante:

... pronto a se satisfazer da observação empírica e do que esta lhe traz, mas do que da revelação de verdades escondidas – é levado a privilegiar o ponto de vista individualista: são indivíduos isoladamente que tomam, com toda a liberdade e segundo o que acreditam ser seu interesse, a decisão de partir; são eles que decidem, por si mesmos e por sua própria conta por quanto tempo vão ficar e, ao final deste período, decidem se lhes convém retornar.... Este ponto de vista, que se pode taxar de ingênuo, quando só a expressão do senso comum, revela, quando incorporado por certos homens de ciência, o princípio mais geral que está na gênese do que eles chamam individualismo metodológico, um pré-conceito de método consistindo a calar ou minimizar

a parte que as estruturas objetivas, isto é, as relações de força presentes, assumem em todas as relações sociais (SAYAD, 2000, p.26).

Mesmo as migrações da Europa para os EUA também se revestiam de características demográficas, sociais e econômicas da mesma forma que as imigrações intra-européias: em grande medida, eram majoritariamente migrações de homens jovens que foram vender sua força de trabalho, sobretudo, nas indústrias, exploração de minas e transportes (SAYAD, 2000, p.23). Esses deslocamentos estavam inseridos num escopo de processo social que levou àqueles homens e mulheres a empreenderem os movimentos ultramarinos, dimensão que está além de decisões racionais movidas pela percepção de que se era possível maximizar as condições de vida num outro continente.

De acordo com os autores mencionados acima, parece ficar evidente que as migrações refletiriam as mutações em nossas sociedades e as tensões que elas sofrem. O que muda é a forma com que cada autor, dependendo da corrente de pensamento que está mais próximo, tenta compreender o fenômeno. Assim, de acordo com o ponto de vista aqui enunciado, poder-se-ia pensar que as modificações nos modos de produção, por um lado, e nos padrões de acumulação do capital, por outro, poderiam engendrar as tais mutações e tensões, que se refletiriam nos processos migratórios.

Parece também, conforme a diversidade de olhares apresentados, que levantamentos estatísticos tipo Censos Demográficos não permitiriam aprofundar questões essenciais que viessem a corroborar com os diversos aportes teóricos. A saída seriam as pesquisas amostrais específicas, que poderiam proporcionar um maior aprofundamento da investigação.

Assim, para a melhor apreensão do fenômeno, buscar evidências empíricas implementando tais levantamentos específicos parece ser um caminho fundamental. No Brasil não há tradição de se levar a campo estudos específicos sobre migrações, mas isso poderia ser contornado através de parcerias entre os centros de pesquisa – NEPO/CEDEPLAR/ENCE - ou até mesmo utilizando o IBGE, apostando na perspectiva da inclusão de suplemento voltado para o estudo dos deslocamentos populacionais no futuro Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD.

Esses levantamentos deveriam investigar no lugar de origem e destino da pessoa que empreendeu o movimento qual a inserção ocupacional, o ramo de atividade, condição na ocupação, carga horária, remuneração, regime de trabalho, escolaridade. Essas informações necessitariam estar conjugadas com a inserção econômica dos espaços de origem e destino, para a melhor apreensão do fenômeno, conforme sugerem

Gaudemar (1977) e Harvey (1992). Além disso, detalhar os aspectos sobre a residência anterior, na linha que propõem Domenach e Picouet (1990), aliado ao tempo de permanência na residência anterior é importantíssimo para a compreensão dos processos de circularidade e pendularidade. O instrumento de coleta também deveria contemplar um bloco específico para os movimentos pendulares, incluindo uma periodicidade dos deslocamentos que não fosse restrita aos deslocamentos diários, bem como, agregassem motivos além de trabalho e estudo. Outra parte importante a ser investigada diz respeito às redes sociais: indagar sobre uma possível ajuda na origem ou no destino, que tipo de ajuda, quem ajudou e qual o peso disso na tomada de decisão também ajudaria a elucidar o papel e o peso das redes na determinação ou não do processo de deslocamento. Por fim, como se trata de um levantamento voltado basicamente para pesquisar deslocamentos populacionais comportaria fazer um histórico desses movimentos, ao menos dos anos 80 para cá, proporcionando, desse modo, mapear as trajetórias migratórias justamente no período de maior dificuldade de compreensão dos processos de mobilidade espacial.

Acredita-se que, minimamente, com esse elenco de questionamentos seria possível fornecer elementos para melhor apreensão do comportamento dos deslocamentos populacionais, bem como, proporcionar evidências empíricas que viriam alimentar o debate entre as correntes teóricas.

3. As necessidades atuais no caso brasileiro

Na atual conjuntura brasileira a mensuração dos processos de deslocamentos populacionais se reveste de uma importância ainda maior, tendo em vista que, por restrições orçamentárias, a recente Contagem de População, realizada no ano de 2007, teve que ser parcial, privilegiando, dessa forma, aqueles municípios com até 170 mil habitantes. Para compor os volumes totais das Unidades da Federação e do país fez-se necessário recorrer às estimativas populacionais para 128 municípios, que corresponderam a 41% do volume total. Deve-se salientar que, excepcionalmente, naquelas Unidades da Federação onde apenas um ou dois municípios superavam a cifra de 170 mil habitantes a enumeração foi censitária, casos de: Acre, Amazonas, Amapá,

Rondônia, Roraima, Tocantins, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso⁵.

A referida contagem populacional, pelas limitações inerentes à sua própria execução, como já assinalado, não cumpriria na íntegra sua finalidade básica, qual seja: a de subsidiar os estudos que visam atualizar as estimativas de população dos municípios e ter parâmetros de como se comporta a distribuição espacial e os fluxos migratórios inter e intraestaduais, bem como da imigração internacional.

Embora estivessem elencadas, entre os quesitos do questionário que foi a campo, perguntas sobre a Unidade da Federação e o município de residência em 31/07/2000, a matriz de fluxos migratórios só poderia ser fechada entre os catorze estados efetivamente recenseados, ficando de fora as trocas com e entre as treze demais Unidades Federadas.

Não obstante essa restrição associada ao caráter da opção metodológica, outros aspectos suscitam o interesse dos pesquisadores do tema, principalmente quando se verifica o comportamento da velocidade de crescimento de algumas Unidades da Federação. Esses comportamentos sugerem ou uma ainda maior queda dos níveis de fecundidade ou alteração na dinâmica da migração, sendo que em alguns espaços esses saldos migratórios negativos seriam expressivos. Dimensionar o destino e origem desses fluxos é tarefa fundamental.

⁵ Para melhores detalhes ver metodologia disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>

Tabela 1

População residente, segundo as Unidades da Federação, e taxa média anual de crescimento geométrico - 1991/2000/2007.

Unidades da Federação	População residente			Taxa média anual de crescimento geométrico (%)	
	1991	2000	2007	1991/00	2000/07
Brasil	146.825.475	169.799.170	183.890.848	1,64	1,20
Rondônia	1.132.692	1.379.787	1.454.237	2,24	0,79
Acre	417.718	557.526	653.620	3,29	2,41
Amazonas	2.103.243	2.812.557	3.167.668	3,31	1,80
Roraima	217.583	324.397	394.192	4,58	2,97
Pará	4.950.060	6.192.307	7.070.867	2,54	2,01
Amapá	289.397	477.032	585.073	5,77	3,11
Tocantins	919.863	1.157.098	1.248.158	2,61	1,14
Maranhão	4.930.253	5.651.475	6.117.996	1,54	1,20
Piauí	2.582.137	2.843.278	3.029.916	1,09	0,96
Ceará	6.366.647	7.430.661	8.183.880	1,75	1,46
Rio Grande do Norte	2.415.567	2.776.782	3.014.228	1,58	1,24
Paraíba	3.201.114	3.443.825	3.640.538	0,82	0,84
Pernambuco	7.127.855	7.918.344	8.487.072	1,19	1,05
Alagoas	2.514.100	2.822.621	3.014.979	1,31	0,99
Sergipe	1.491.876	1.784.475	1.938.970	2,03	1,25
Bahia	11.867.991	13.070.250	14.079.966	1,09	1,12
Minas Gerais	15.743.152	17.891.494	19.261.816	1,44	1,11
Espírito Santo	2.600.618	3.097.232	3.351.327	1,98	1,19
Rio de Janeiro	12.807.706	14.391.282	15.406.488	1,32	1,03
São Paulo	31.588.925	37.032.403	39.838.127	1,80	1,10
Paraná	8.448.713	9.563.458	10.279.545	1,40	1,09
Santa Catarina	4.541.994	5.356.360	5.868.014	1,87	1,38
Rio Grande do Sul	9.138.670	10.187.798	10.582.324	1,23	0,57
Mato Grosso do Sul	1.780.373	2.078.001	2.265.021	1,75	1,30
Mato Grosso	2.027.231	2.504.353	2.854.456	2,40	1,98
Goiás	4.018.903	5.003.228	5.644.460	2,49	1,83
Distrito Federal	1.601.094	2.051.146	2.455.903	2,82	2,74

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000 e Contagem de População 2007.

Apesar de que quando trazida a projeção de população para 01/04/2007, data de referência da Contagem de População, e retirados dessa projeção os 128 municípios estimados, a subenumeração seja de aproximadamente 4,9 milhões de pessoas, ou 2,6%,

valor perfeitamente aceitável, é importante se apreender melhor o que realmente está ocorrendo com o fenômeno migratório no Brasil.

Além das lacunas assinaladas acima, durante o V Encontro Nacional Sobre Migrações, na Mesa Redonda onde foram discutidas as fontes de dados, ventilou-se a possibilidade de exclusão do quesito sobre o último local de residência (última etapa) e transformação da periodicidade do quesito sobre a residência a uma data fixa para apenas um ano antes da data de referência do Censo.

Seja pelas transformações no padrão de acumulação do capital e todas as implicações sobre os deslocamentos populacionais, seja pelas incertezas que cobrem o comportamento do fenômeno migratório no Brasil é salutar que o questionário do próximo Censo Demográfico busque apreender minimamente esses processos.

Para tanto, a contribuição do Grupo de Trabalho Migrações – GT MIGRAÇÕES/ABEP, que encaminhou ao IBGE sugestões para a manutenção/incorporação de quesitos sobre migração no questionário do próximo Censo Demográfico⁶, reveste-se de especial importância, sobretudo no que tange aos movimentos internos.

Em síntese, o documento do GT defende que o questionário sobre os movimentos internos seja o mais próximo possível do instrumento de coleta utilizado no Censo Demográfico de 1991, fundamentalmente investigando até o nível de município e preservando os quesitos de data-fixa e última etapa, argumentando inclusive que o trabalho simultâneo dessas informações pode revelar aspectos importantes da mobilidade espacial dos migrantes. Mas para isso se efetivar seria necessário um intervalo maior para que as etapas ocorressem, sendo sugerido um mínimo de cinco anos.

Ainda na linha de poder evidenciar o comportamento dos deslocamentos, foram sugeridas algumas possibilidades de mensuração da emigração internacional: i) perguntar no domicílio se existe alguém que residiu ali e que no momento encontra-se vivendo no exterior; ii) indagar para a mãe se alguns dos seus filhos vivem fora do país.

Como estamos tratando de um evento raro, o ideal seria que esses quesitos fossem incluídos no questionário do universo (CD 1.01). Caso os quesitos de fecundidade fossem incluídos nesse questionário, como se cogita, seria uma

⁶ Para maiores detalhes ver Sugestões de inclusão, permanência e reformulação de quesitos sobre o tema migração para o Censo Demográfico de 2010. Disponível em: http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=250&nivel=1

boa oportunidade de adicionarmos as perguntas sobre emigração internacional nesse bloco (ABEP, 2007).

Entendendo que os processos atuais são distintos dos observados na década de 70, além das sugestões anteriores, foi proposto que se adicionasse à investigação sobre pendularidade a dimensão temporal e a desagregação do movimento, se a trabalho ou a estudo.

A compreensão é a de que, nesse caso o Censo Demográfico seria uma ferramenta importantíssima para a elucidação dessas questões, sendo a incorporação das sugestões acima fundamental para melhor iluminar a apreensão a respeito dos deslocamentos de população no Brasil, corroborando para suprir eventuais lacunas e agregar melhores evidências à elaboração das estimativas populacionais.

4. Considerações Finais

O presente artigo pretendeu levantar a discussão sobre a necessidade de melhor investigar os processos de deslocamentos populacionais, partindo do princípio que, esses, de um modo geral, respondem ao padrão de acumulação vigente do capital. Além disso, tentou demonstrar que, justamente a partir do período de transição do um regime de acumulação fordista para o chamado modelo de acumulação flexível, as controvérsias e lacunas nas abordagens teóricas sobre o tema ficaram evidenciadas, parecendo estar claro na literatura recorrida⁷ o reconhecimento de que mudanças significativas estariam ocorrendo nos movimentos de população, sejam eles internos ou internacionais.

Desta forma, ratifica a necessidade de pesquisas amostrais específicas para melhor permitir a apreensão do fenômeno, subsidiando a sociedade e a comunidade acadêmica com evidências empíricas específicas e contribuindo com o debate teórico. Com as sugestões aqui apresentadas não se pretendeu esgotar o assunto, podendo ter omitido aspectos importantes a serem investigados. As pesquisas amostrais específicas/SIPD seriam o modelo ideal.

No tocante ao próximo Censo Demográfico, reconhece que hoje existe uma lacuna sobre o entendimento não só dos movimentos migratório, como também do volume e distribuição espacial da população, reiterando, portanto, a necessidade de incorporação das sugestões do GT Migrações, com manutenção dos quesitos de data-fixa, com temporalidade de cinco anos, e de última etapa, ambos desagregados até o

⁷ É salutar que se enfatize que foram apresentados autores das mais diversas correntes de pensamento.

nível municipal, além de enfatizar que não se pode mais protelar a respeito da investigação da migração internacional, a partir do questionário do CD2010, aqui compreendido como o imprescindível.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Sugestões de inclusão, permanência e reformulação de quesitos sobre o tema migração para o censo demográfico de 2010.** Rio de Janeiro. Grupo de Trabalho Migrações/ABEP, 2007. Disponível em: http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=250&nivel=1.

Acessado em:

BAUMAN, Zygmunt Modernidade líquida. Tradução Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, prefácio pp7-22, 1999

BILSBORROW, Richard E. The state the art the chapters. In: BILSBORROW, Richard E. **Migration, Urbanization end Development: New Directions and Issues.** New York: UNFPA, January. 1996.

COURGEAU, Daniel. **Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población.** Notas de Poblacion. Santiago do Chile: Centro Latinoamericano de Demografia, n.50, p. 55-74, ago. 1990.

DOMENACH, H., PICOUET, M. **Las migraciones.** Traducción Eduardo Bologna, Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, 1995, introdução, capítulo 1, 2, 3, 4.

FAIST, THOMAS et al. Sociological theories of international migration: The Crucial Meso-Link. In: Tomas Hammar, Grete Brochmann, Kristof Tamas and Thomas Faist (eds) **Migration, Immobility and Development. Multidisciplinary Perspectives.** Oxford: Berg, p. 164-199, 1997.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. Prefácio, cap. 1, 5-8.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE Contagem de População 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acesso em: 30/01/2008.

LEE, Everett S. “Uma teoria sobre a migração”. NAÇÕES UNIDAS - Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, Hélio A. de **Migração Interna: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. t 1, p. 89-??.

MASSEY, DOUGLAS S. et al. **Theories of international migration: A review and appraisal**. Population and Development Review. New York: Population Council, vol. 19, n.3, p. 431-466, september, 1993.

RAMELLA, Franco Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: M. Berg,H. Otero (orgs) **Immigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Buenos Aires: CEMILA, IEHS, 1995, pp. 9-21.

SAYAD, Abdelmalek. **O retorno: Elemento Constitutivo da Condição do Imigrante**. Revista Travessia. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, Especial, janeiro. 2000.